- XXIV aceitar legados e doações; XXV dispor sobre espetáculos e diversões públicas; XXVI quanto aos estabelecimentos industriais, come ciais e de prestação de serviços; a) conceder ou renovar a licença para sua abertura

- mão renovar a licença daqueles cujas atividades se tornarem prejudicias å saúde, à higiene, ao bem es tar, à recriação, ao sonseego público, aos boms cos-tumes e ao meio ambiente; concedor licença de ocupação ou "habito-se" apos a vistoria de conclusão de obra, que atente a sua com formidade com o projeto e o cumprimento das condi-

- dispor sobre o comércio ambulante; instituir e impor as penalidades por suas leis e regulamentos;

DA COMPETÊNCIA COMUM . 10 - E competência comum do

- r da saúde e assistência pública e da proteção tia das pessoas portadoras de deficiência; ger os documentos, as obras e outros bens de val ricos, artísticos e culturais,os monumentos.
- ou cultural do município: erionar meios de acôsso à cultura, à educação s

- protegier ao maio ambianta e commanz e punatque qualquer de suas formas; preservar a fauna e a flora; incentivar a produção agrospouária e organizar as o-bras de abastecimento alimentar; promover programas de construção de moradias e melho-rias de condições habitacionais e de maneamento hási
- lisação, promovendo a integração social dos seto-desfavorecidos; justrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de meitos de pesquisas e espioração de recursos hidri
- rios;
 estabelecer e implantar política de educação para se gurança no trânsito;
 dispor sobre a recuperação de âreas degradadas e re posição de metas ciliares;
 estabelecer e implantar política de educação ambien-

seção - III

DA COMPETÊNCIA SUPLEMENTAR

- dispor sobre a prevenção contra incêndios;
- II colbir, no exercício de contra incentios;

 II colbir, no exercício de poder de polícia, as ativi dades que violarem normas de saúde, sossego, higiene,
 separanca, funcionalidade, socalidade e outras do intercasse de coletividade;
 III prestar assistência nas emergências médico-hospita-
- res de pronto socorro por seus próprios serviços,os quando insuficientes, por instituições especializa-
- IV dispor sobre o registro, a vacinação e a captura de - dispor mediante suplementação da legislação federal e estadual, especialmente sobre:
- b) As ações e serviços de saúde da competência do
- c) A proteção da infância, adolescentes, dos ido-sos e das pessoas portadoras de deficiências. d) O ensino fundamental e pré-escolar, prioritário
- para o município: e) - A proteção dos documentos, obras de arte e ou
- s de reconhecido valor artístico, cultural ico, bem assim os monumentos, as paisagens saturais, os sítios arqueológicos e espeleológi
- Os incentivos e o tratamento jurídico difere do às micro-empresas e empresas de pequeno porte, sim definidas em lei federal, e na forma da Const: Ção Estadual.
-) O incentivo à agropecuária e à organização do bastecimento alimentar, ressalvada as competências gislativas e fiscalizadora da União e do Estado.

CAPÍTULO - III

DOS BENS DO MUNICIPIO

seção - 1

DOS BENS

ro específico, tais como,a passagem à categoria de bens públi vias de comunicação e dos espaços livres constantes do memo-tanta de loteamento de terreno, como decorrência do registro.

FOLHA DE CAMPO LARGO

SEÇÃO - 11

DO USO DOS BENS

- sua fruição.

 Art. 19 A Prefeitura Municipal, por título individual, pode rá atribuir a determinada pessoa a fruição de bem público com exclusi
- ră atribuir a determinada pessoa a fruição de bem publico com excluvidade, sob condições convencionadas.

 Art. 20 As formas administrativas para a atribuição bem público municipal para partículares, são as seguintes:

 a) Autorização de uso;
 b) Permisão de uso;
 c) Contrato de concessão de uso;
 d) Contrato de concessão de uso com o direito real resacciusal.
- f) Outras modalidades previstas em lei Federal.
 Art. 21 Autorização de uso é o ato negocial unilateral,
 discricionário e precário, solicitado pelo interessado, para que a adunistração consinta na prática de determinada atividade individual inidente sobre un ben público. Prescinde de lei autorizadora e licitação.

- Art. 22 Permissão de uso é ato negociável unilateral, discricionário e precário, através do qual a administração faculta ao particular a utilização individual de determinado bem público nas condições por ela fixadas, gratuito ou remunerado.

 Paragrafo Înnico A permissão de uso, independe de lei autorizadora e licitação e será concedida por decreto.
 Art. 23 Concessão de uso de bem público, é o contrato administrativo prio qual a Prefeitura Municipal outorga a utilização esclusiva de um bem de seu dosfinio a um particular, para que o explore por sua conta e risco, segundo a sua específica destinação.

 Parágrafo Único A Concessão a que se refere esse artigo depende de privial licitação.
- go depende de prévia licitação.

 Art. 24 Concessão de direito real de uso é o contrato
 pelo quai a administração transfera a utilização remunerada ou gratui
 ta de terremo público para particular com o direito real dissolúvel, por
 a fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cul
 tivo ou qualquer outra exploração de interesse social, dependente de
- lei autorizadora.

 Art. 25 Cessão de uso é a transferência gratuita da pos
 se de um bem público de uma entidade municipal ou ôrgão para outroa fiz
 de que o cessionário utilize segundo a sua normal destinação, por tempo
 certo ou indeterminado, através de termo de cessão e anotação cadastral

 Parágrafo Onico 56 será necessária a autorização legislativa quando se tratar de cessão de uso de bem público municipal pará'
 entidades Pederais, Estadusis e ôrgãos ou sociedades descentralizada;
- laqueles entes públicos.

SEÇÃO - III

DA ALIENAÇÃO DE BENS

- Art. 26 A alienação de bens do município, subordina existência de interesse público, devidamente justificado, será re procedida à avaliação e obedecerá as seguintes normas: I Quando inúveis dependerá de autorização legisla tiva, avaliação prévia e concorrência, dispensada es

 - rease social:
 b) Permuta;
 c) Venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsa, observada a legislação específica;
 d) Venda de título na forma da legislação pertinente.
- \$ 10 A administração, preferentamente à venda ou doa imóvels, concederá direito real de uso, mediante concor-pacorrência poderá ser dispensada quando o uso se destinar nária de serviço público, a entidades assistenciais, ou ve relevante interesse público, na concessão, devidamente jug-
- § 2º Entende-se por investidura para fins desta lei a alienação aos proprietários de imóveis lindeiros, por preço nunca inferior ao da avaliação de área remasnescente ou resultante de obr pública, área esta que se torna inaproveitável igoladamente, observa fas, einde as seguintes condições:

 - es condições:

 a) Quando o valor de tal área for inferior a

 10 (des) BTN ou Indúce ciícial equivalente será
 dispemsável autorização legislativa;
 b) Quando a área remanescente ou inaproveitável confinar com vários proprietários de lotes'
 vilinhos e, não houver entre eles acordo, a Pre
 feitura Municipal poderá desapropriar a área em
 litígio e a silemará na forma da lei;
 c) A preferência na venda de tals áreas deverá
 ser dos proprietários lindeiros às mesmos e,quan
 do tais proprietários lindeiros às mesmos e,quan
 do tais proprietários encontramame em lugar incento e não sabido, serão os mesmos notificados'
 por edital através da imprensa local, pela Prefeitura Municipal pagas as despesas pelo interes
 asdo com o prazo de 90 (trinta) dias a fim de
 que venham em iqualdade de condições exercer o
 aco direito de preferência na aquisicão da área,
 findo dos quais sem oçosição dos mesmos será a
 área silemada so referido interessado.

 21 TULO 11

TITULO II DO GOVERNO MUNICIPAL

CAPITULO 1

DO PODER LEGISLATIVO

seção I DA CÎMARA MUNICIPAL

- Art. 27 O poder legislativo municipal é exercido pela cipal composta de Vereadores em número proporcional à popu Paragrafo Unico - Cada legislatura terá a duração de qua
- TO ANOS.
- Art. 28 A Câmara Municipal de Balsa Nova compõe-se de versadores representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional, pelo voto direto e secreto para um annato de quatro anos em eleições' resilizadas na mesma data estabelecida para todo o país, observada as condições de siegibilidade e inelegibilidade previstas na Constituição rederal e a lasticidad e inclegibilidade previstas na Constituição
- SECÃO 11

Art. 30 - No primeiro ano de cada legislatura no dia l' ro em sessão d- instalação, independentemento de número, sob

Art. 31 - O Presidente prestará o segu

" PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO FARANA E
A LEI ORGÁNICA DO MURICIPIO, OMSENVAR AS LEIN, DESINIPENHAR CON LEALDADE, O MANDATO QUE ME FOI CONFENDO E
TRABALMAR PELO PROGRESSO DO MUNICIPIO DE BALAS MOVA ,
PELO BEM ESTAR DO SEU POVO". E, es soguida o secretário designado para este fim fará a chamada de cada vereador que declarará " ASSIM O PROMETO ".

Art. 32 - O Vereador que não tomar posse na sessã vista no art.30, poderá fazê-lo até 35 (quinze) días depois da pra sessão.

seção - III

DA ELEIÇÃO DA MESA

Art. 33 - Imediatamente após a posse, os vereadores reu nir-se-ão sob a presidência do vereador mais votado, ou do mais idoso ou alnda do vereador, que mais recentemente tenha exercido cargo na mesa, rigoreamente nesta ordem, havendo maioria absoluta dos membros da câmara, elegarão os componentes da mesa que ficarão automaticamen-te empossados.

- da camara, elegero o composaros.

 § 10 O mandato da mesa será de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediata subsequente.

 § 20 Na hipótese de não haver número suficiente para a eleição da mesa, o vereador mais votado, ou no caso de não existir tal situação, o vereador mais idoso, ou ainda, alternativamente, aque le que mais recentemente tenha exercido cargo na mesa, permanecerá na presidência e convocará sessões diárias, até a consumação da eleição.
- § 30 A eleição para renovação da mesa realizar-so-à inente na última sessão ordinária da sessão legislativa, con automaticamente emposados em 10 de janeiro.
 § 40 A Mesa será composta por um presidente, um primeiro secretário
- um segundo secretário.

 § 50 No impedimento e ausência do presidente e vicepresidentes assumirá o cargo o vereador mais votado dentre os presentes
 § 60 No seu impedimento ou ausência, o primeiro secretário, será substituido pelo segundo secretário.
 § 70 Qualquer componente da mesa poderá ser destituído,
 pelo voto da maioria absoluta dos membros da Cúmara Municipal. Quando '
 faltoso omisso, ou ineficiente no desempenho de suas atribuições, devendo o regimento interno dispor sobre o processo de destituição e sobre '
 a substituição do membro destituido.

seção - IV

DAS ATRIBUIÇÕES DA MESA

- I Propor projetos de resplução, criando ou extinguin serviços da Câmara Municipal e fixando os respectivos '
- do cargos dos serviços da Câmara Municipal e fixando os respectivos vencimentos;

 II Propor projetos de lei dispondo sobre a abertura ' de créditos suplementares ou especiais, através de anulação parcial ou total de dotação orçamentária da câmara Municipal;

 III Suplementar, por resolução, as dotaçoes do orçamento da Câmara Municipal, observado o limite da autorização da lei orçamentária, desde que os recursos para sua cobertura seja provenieg tes de anulação de sua dotação ou da reserva de contingência;

 IV Elaborar e expedir, mediante resolução, à discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara Municipal, pes como alterá-la quando necessária;

 V Devolvera Prefeitura o saldo de caixa existente ni Câmara Municipal, no final do exercício;

 VI Enviar so Prefeito até o dia 1º de março, as contas do exercício anterior;
- VI Enviar ao Preteixo tas do exercício anterior; vII Elaborar e enviar, até o dia 10 de agosto de cada ano, a proposta orçamentária na câmară Múnicipal a ser incluída na
- VIII- Propor projeto de decreto legislativo e de resolu

SEÇÃO - V

DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

- Art. 35 Compete ao presidente da Câmara Municipal
- Representar a Câmara Municipal em juizo ou fora
- III Interpretar e fazer cumprir o regimento interno cipal; IV - Promulgar as leis não sancionadas ou não promu<u>l</u>
- Baixar as resoluções e decretos legislativos aprovados pela Cámara Municipal;

 VI - Faser publicar, dentro do prazo de 15 (quinze)
 dias,os atos, as resoluções, os decretos legislativos e as leis po
- VII Declarar extinto o mandato de vereadores, nos VIII- Requisitar as dotações orçamentárias da Câmara
- IX Apresentar ao plenário, até o dia 20 (vinte) de cada más o balancete orçamentário do más anterior; X Representar sobre a incomstacionalidade de lei ou ato Municipal;
- X Representar sobre a incombincionalidade de lei
 ou ato Municipal;
 XI Solicitar e encaminhar pedido de intervenção '
 no Municipio nos casos previstos pela Comatituição Federal;
 XII Decretar a prisão administrativa de servidor
 da Câmara omisso ou remisso na prestação de contas de dinheiro público sujeitos à sua quarda;
 XIII Manter a ordem no recinto da Câmara, podendo'
 solicitar a força necessária para esse fim;
 XIV Convocar sessões extraordinárias quando houver
 matéria de interesse público e urgente a deliberar;
 XV Nomear e exomerar, aposentar, promover e conce
 der licença aos servidores da Câmara na forma da Lei;
 XVI Exercer, em substituição,a chefia do executivo
 municipal nos casos previstos em lei;
 XVII Designar comissões especiais, nos termos regimentais observadas as indicações partidárias;
 XVIII-Mandar prestar informaçõus por escrito e expe

- XVIII-Mandar prestar informações por escrito e expe dir certidão requerida para a defesa de direitos e esclarecimento de situações: de situações;
 XIX - Realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e com membros da comunidade;
- Art. 16 O presidente da Câmara, ou quem o substitui momente manifestară o seu voto nas seguintes hipóteses:

 1 Na eleição da mesa diretora;

 11 Quando a matéria exigir para sua aprovação ,
 o voto favorável de 2/3 ou da maioria absoluta dos membros da Câ
- III Quando ocorrer empate em qualquer votação no

SEÇÃO - VI

Art. 17 - Ao vice-presidente compete siém das atribuições contidas no Regime interno as seguintes:

I - Substituir o presidente da Câmara em suas faj
tas, ausâncias, impedimento e licenças;

II - Promulgar e fazer publicar, obrigatóriamente,
as resoluções e os decretos legislativos mempre que o Presidente,
cido;

III - Promulgar e fazer publicar, obrigatóriamente

as leis quando o Preteito Municipal e Presidente da Câmara, sucessi-vamente, tenham deixado de fazê-lo, sob perda de pena do mandato de

SEÇÃO - VII

DO SECRETÂRIO DA CÂMARA MUNICIPAL

- Art. 38 Ao secretário compete além das atribui-ções contidas no Regime Interno, as seguintes: I Redigir a ata das sessões secretas e das reu
- II Acompanhar e supervisionar a redação das atas

- trabalhos.
- VI Substituir os demais membros da mesa. quando

SEÇÃO - VIII

DAS COMPETENCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL

- Art. 39 Compete, privativamente a Câmara Munici
- I Eleger sua mesa diretora bem como destituí-la, ermanentes e temporais, conforme dispuser o regimento
- segurança;

 IV Dispor sobre a criação transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços, e a fixação da respectiva remuneração, observados os limites do orçamento anual e dos seus valores máximos conforme estabelece o artigo 37, XI, da de de seus valores máximos conforme estabelece o artigo 37, XI, - Aprovar créditos suplementares à sua se
- V Aprovar créditos suplementares à sua secretaria, até o limite da reserva de contingência do seu orçamento anual; VI Fixar em cada legislatura, para ter vigência na subsequente, subsídio e a verba de representação e remuneração dos VII - Fixar, em cada legislatura para ter vigôncia na subsídio e a verba de representação do Prefeito o Vi
- VIII- Dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito; IX Conhecer da renúncia do Prefeito e do Vice-Pre-
- feito;

 X Conceder licença ao Prefeito, Vice-Prefeito, e
 aos Vereadores, para afastamento do cargo;

 XI Autorizar o Prefeito a ausentar-se do Municipio
 por mais de 15 (quinse) días e do país por qualquer prazo;

 XII Criar comissões especiais de inquérito sobre
 fato determinado, que se inclua na competência da Câmara Municipal ,
 sempre que o requerer pelo menos um terço dos membros da Câmara;

 XIII- Solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos
- XIV Apreciar os vetos do Prefeito; XV Conceder título honorífico a pessoa que tenha
- reconhecidamente pestado serviços ao Município, mediante decreto la gislativo aprovado pela maioria de dois terços de seus membros: XVI Julgar as contas do Prefeito e da mesa da Câma-
- XVI Julgar as contas do Filia.

 ra Municipal na forma da lei;

 XVII Convocar o Prefeito, secretários, diretores de sociedade de economia mista e autarquia municipais, para prestar esclarecimentos sobre assuntos de suas competências;

 XVIII- Aprovar, no prazo máximo de 30(trinta) dias do recebimento, os conbórcios, contratos e do recebimento, os conbórcios, contratos do recebimento, os conbórcios, contratos e convênios do quais o Município seja parte e que envolvam interesse Municipal;
 - XIX Processar os Vereadores conforme dispuser a XX - Declarar a perda ou suspensão do mandato do Prefeito e dos Vereadores, na forma dos Arts. 15 e 37, \$ 40, da Constituição Federal;
 - XXI Sustar os atos normativos do Poder Executi-vo que exorbitem do Poder Regulamentar;
 - XXII Fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta e funcional;
 XXIII- Autorizar referendo e convocar plebiscito.
 - § 1º É fixado em 30 (trinta) dias, prorrogável per iqual período, desde que solicitado e devida mente justificado o praro para que os respon-sáveis pelos órgãos administrativos direta do Município prestem as informações e encaminhom os documentos pela Câmara Municipal na forma desta lei Orgânica;
 - desta lei Organica; \$ 20 O não atentimento no praxo extipulado no pará-grafo anterior, fáculta ao Prosidente da Cáma-ra solicitar, na conformidade da legislação ' vigente, a intervenção do Poder Judiciário pa-ra faser cumprir a legislação;
- Art. 40 Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município , especialmete no que se refere ao seguinte:
- tadamente ao que diz respeito:

 a) A saúde, à assistência pública e a proteção e
- garantia das pessoas portadoras de deficiência; b) A proteção de documento, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, como os monumentos, as paisagens naturais notáveis'
- e os sítios arqueológicos do Município; c) Impedir a evasão, destruição e descaracterização de obras de arte e outros bens de valor históri co, artistico e cultural do Município;
- (d) A abertura de meios de acesso à cultura, à educação e a ciência; e) A proteção ao meio ambiente e ao combate ã po-
- f) Ao incentivo à industria e ao comércio;
- g) A criação de distritos industriais; h) Ao incentivo da proteção agropecuária e à organi
- zação de abastecimento alimentar; i) A promoção de programas de construção de moradias, melhorando as condições habitacionais e de
- j) Ao combate às causas de pobreza, e aos fatores le marginalização promovendo a integração dos se
- 1) Ao registro, ao acompanhamento e à fiscalização' das concessões de pesquisa e exploração de recur sos hidricos e minerais em seu território; m) Ao estabelecimento e à implantação da política de

de educação para o trânsito;

- n) A cooperação com a União e o Estado, tendo em vis ta o equilibrio do desenvolvimento e do bem-es tar, atendidas as normas fixadas em lei comple mentar Federal;
- o) Preservar as florestas, a fauna e a flora;
- p) Ao uso e ao armazenamento dos agrotóxicos, seus componentes e afins;
 q) As políticas públicas do Municipio.
- II Tributos municipais, bem como autorizar isen-
- cões e anistia fiscal e a remissão de dividos:
- III Orçamento anual, plano plurianual e diretri-' zes orcamentárias bem como autorizar a abertura de créditos suplementares, especiais e extraordinários:
- IV Obtenção e concessão de empréstimos e opera cões de créditos, bem como sob a forma e os meios de pagamento;
- V Concessão de auxílio e subvenções
- VI Concessão e permissão de serviços públicos; VII - Concessão de direitos reais de uso de bens mu
- nicipais; VIII- Alienação e concessão de bens imóveis;
- IX Aquisição de bens imóveis, inclusive se tratando de doacão:
- Criação, organização, e supressão de distritos, observada a legislação Estadual; XI - Criação, classificação e extinção de cargos , empregos e funções públicas municipais, na admi nistração direta, fixando os respectivos venci-
- mentos, observados os limites dos orçamentos anuais, e os valores máximos das suas remuneracões conforme estabelecido pelo Art. 37, da Cons tituição Federal:
- XIII- Alteração da denominação de próprios, vias e lougradouros públicos:

XII - Plano Diretor;

- XIV Guarda Municipal destinado a proteger bens, servicos e instalações do Município;
- XV Organização e prestação de serviços públi cos;
 - mento, atendidas as diretrizes gersis fixadas pela legislação Federal e do preceito contido no Art. 182 da Constituição Federal; XVIII- Regime Jurídico único e lei de remuneração ' dos serviços Municipais de administração dir<u>e</u> ta,nas autarquias e fundações Municipais.
 - SEÇÃO IX

DOS VEREADORES SUBSEÇÃO I

- Art 41 Os Vereadores em número proporcional à lação Municipal, são os representantes do povo eleitos para um lato de quatros anos, na mesma data da eleição de Prefeito Mu-
- nicipal;

 Farágrafo Unico. O número de vereadores obedecerá as normas
 estabelecidas pela justica eloitoral e na sua falta de conformidade com o Art. 20, IV, da Constituição Federal.
- Art. 42 Os Vereadores são invioláveis por opinião, voto e palavras no exercício de seus mandatos e na circu-Art. 43 - Antes do prazo da posse e ao término do

mandato, os Vereadores deverão apresentar declaração de seus bens, mandato, os Vereadores devel-como dispõe a legislação eleiteral. SUBSEÇÃO II

- DAS INCOMPATIBILIDADES
- Art. 44 Os vereadores não poderão: I - desde a expedição do diploma:

 a) Celebrar ou manter contrato com o município, au
 tarquias de economia mista, empresas públicas, fundações e empresas
 concessionárias de servicos públicos municípais, salvo quando o con
 trato obedecer a cláusulas uniformes;

 b) Receber remuneração das entidades mencionadas na
 alínea anterior, salvo nos casos previstos na Constituição Federal;
- II Desde a posse:

 a) Ser proprietário controlador ou detentor da umpre
 sa que gore favor decorrente de contrato celebrado com o município
 b) Ocupar cargo, função ou emprego que seja demissivel "ad nutum" nos órgãos da administração direta e indireta no Mu
- vel "ad nutum" nos órgãos da administração direta e indireta no mu
 nicípio, salvo o de Secretário Municípal;

 c) Exercer outro mandato eletivo;

 d) Pleitear interesses privados perante a administra
 cão municipal, na qualidade de advoqado ou procurador;

 e) Patrocinar causas em que seja interessada qualquer entidade mencionada na alínea "a" do inciso I deste artigo.
- Art. 45 Perderá o mandato o Vercador: I Que infrigir qualquer das proibições estabel<u>o</u>
- art, anterior;
 II Cujo procedimento for declarado incompatívol
- Com o decoro parlamentar;

 III Que deixar de comparecer em cada sessão legislativa, a terça parte das sessões ordinárias, salvo se em licença '
 ou missão oficial autorizadas;

 IV Que perder ou tiver suspensos os direitos poli
- v Quando decretado pela Justiça Eleitoral, nos casos previstos constitucionalmente;
 vI Que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado. 5 10 Além de outros casos definidos no Regimento In
- terno, considera-se-àincompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas, asseguradas ao Vereador, ou a percepção, no exer cício do cargo, de vantagens innevidas. § 20 Nom casos dos incisos t, 11 e VI a perda do: mandato sera dec dida pela Câmara, por voto, secreto e maioria abso-luta, mediante iniciativa da mesa ou de partido político na Câmara
 - luta, mediante iniciativa ...
 assegurada ampla defesa.

 § 30 Nos casos dos incisos III e V. à perda será docla
 rada pela mesa, de ofício ou mediante a iniciativa de qualquer de
 seus membros, ou de partido político representado na Câmora, assegurada ampia defesa.

 § 40 Os vereadores no exercício do mandato, terão
 ainda todas as proibições e incompatibilidades previstas pela cong

- Art. 46 O verador deverá ter residência (ixa nu Município e o não cumprimento incindirá na penalidade do art. ante

- - IV Para exercer cargo de prov
- os Covernos Federal e Estadual;
 V Para exercer o cargo de Sécretário Municipal.
 § 1º Para fins de remuneração, considerar-se-à como exercício o Vereador licenciado nos tarmos dos i
- exercício o Vereador licenciado nos termos dos in-cisos I e II.

 20 Nos casos dos incisos IV e V, o Vereador licencia-do comunicará previamente a Câmara Municipal a data em que reassumirá seu mandato.

 5 JO Em qualquer dos casos, cassedo o motivo de licen-ca, o Vereador reassumirá o exercício do seu manda-to tão logo o deseje. Art. 50 - Suspensão e a perda do mandato do Vereados lar-se-à nos casos previstos nos art. 13 e 37, \$ 40 da Constituição rederal, na forma, e gradação previstas em lei Federal, sem prejuiro da ação penhl cabível.

 - - do prazo de trinta dias, salvo motivo justo e aceito pela Câmara na forma que dispuser o Regimento Integ
 - no.

 5 20 Não se processará a convocação casos de licenças inferiores a tri
 SUSSEÇÃO V

 DO VERRADOR SERVIDOR PUBLICO

 Art. 52 O exercício de vereança po Art. 52 - O exercício de vereança por mervidor punta-pordo com as determinações da Consattuição Federal. Farágrafo Onico - O vereador ocupante do cargo, empre go, função pública municipal á inamovível de ofício ' pelo tempo de duração de seu mandato.
- SUBSEÇÃO VI

 DA REMUNERAÇÃO
 Art. 53 A remuneração dos vereadores será estabelecida até 30 (trinta) dias antes das eleições, conforme a legislação Faderal para vigir na legislação seguinte, obedecendo esspre a realidade econômica do Município e os princípios da moralidade administrativa.
 Parágrafo Cnico A soma do subsídio com a verba dere presentação da presidência não poderá ultrapassar o limite máximo de remuneração fixado em lei, como dip põe o art.37, XI da Constituição Federal.

 SUBSEÇÃO VII
- \$ 20 As comissões, em razão de matéria de sua comp tência cabe:
- dades da sociedade civil; III - convocar Secretários Municipais
- antes de cargos da mesma natureza para prestar
- VI apreciar programas de obras e plano VI - apreciar programas de obras e planos e sobre eles emitir parecer;

 VII - acompanhar junto à Frefei tura 'Munic,i

 pal a elaboração da proposta orçamentária, bem como sua poste rior; execução.
- par a filindação de projectos de inquêria de inquêria to, que terão poderes de investigação próprios das autorids des judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, serão o criadas pela Cimara mediante requerimento de um terão de seus memá; roza, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo sua; s concluadas, de for o caso, encaminhadas ao ministério Público para que este promo da a responsabilidade civil ou crialmal dos infratores.

 Art. 56. Qualquez entidade da s ociedade civil poderá solicitar ao Fresidente da Câmara que las permiti, entir conceitos ou opiniões, junto às comissões sobre projetos que nelas se encon

Parágrafo Único: O Presidente da Cāmara enviar á o pedido ao

- SEÇÃO X DAS SESSÕES
- Art. 57 Independentemente de convociações a sessão legislativa será de 15 de Pevereiro à 30 de Junho, e de 1e de Agosto à
 15 de Derembro de cada ano, com interrupção durant a os recessos previstos no Regimento Interno.

 Parâgrafo Único Serão realizadas F comhimo 30 sessões opdinárias anuais em dia e hora a serem fixadas no Regimento Interno.

 Art. 58 As Sessões de Câmars Muni cipal deverão ser
 cealizadas em recinto destinado ao seu funcionam ento, considerando-se
 nulas as que realizarem-se fora dele.

 § 10 Comprovada a impossibilida la de acesso ao recinto, por outra causa que impeça a sua utilização, as sessões poderão
 ser realizadas em outro local, aprovado pela s mioria absoluta dos va
 readores.
- readores.

 § 2º As Sessões solemes poderã o ser real
 do recinto da Câmara Municipal.

 Art. 59 Todas as sessões serão públicas

- ACERVO HISTORICO

- DAS COMISSÕES
- Art. 54 A Câmara Municipal terá comissões permanenconstituída na forma e com as atribuições definidas no
 o ou no ato de que resultar a sua criacão.
 § 10 Em cada comissão será assegurada, tarito quanto
 possível, a repre-entação proporcional (dos partidos
 ou dos blocos parlamentares que participam da Câma
- I discutir e votar projeto de 1.81 que ar, na forma do Regimento Interno do Plenário, malvo as hou-ursos de um décimo dos membros da Câmara; II realizar audiâncias públicas com ent<u>i</u>

O Presidente da respectiva comissão, a quem caberá defer ir ou indeferir o requerimento, indicando, se for o caso, dia e hora p ara o pronunciame to e seu tempo de duração.